

O USO DOS TESTES COMO REVELADOR DE MODELOS DE PRÁTICA PSICOLÓGICA: ESTUDO JUNTO DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES

Leandro S. Almeida e Orlando M. S. R. Cruz
Universidade do Porto

RESUMO - Após uma análise dos fatores explicativos do apogeu e declínio no uso dos testes psicológicos, descrevem-se alguns aspectos da sua utilização em Portugal. A generalidade dos psicólogos portugueses, designadamente os escolares, não dispense uma parte significativa do seu tempo com o uso dos testes, e apenas os psicólogos das organizações consideram desejável o incremento desse uso. Os resultados indicam uma relação positiva entre a maior utilização dos testes e uma atitude de aceitação por parte dos outros profissionais com quem o psicólogo trabalha. A existência de normas e a possibilidade de comparação dos sujeitos entre si são aspectos valorizados pelos psicólogos das organizações. Enquanto que os testes de inteligência e aptidões, e em parte os inquéritos e as escalas de personalidade, aparecem como os instrumentos mais valorizados pelos psicólogos, os testes de conhecimentos surgem como os menos valorizados. As técnicas projetivas são apenas apreciadas para a avaliação terapêutica e diagnóstico clínico. Finalmente, os psicólogos chamam a si parte significativa da responsabilidade, quer na decisão do uso dos testes, quer na decisão da entrega da informação recolhida. A maioria pensa, no entanto, que a salvaguarda dos aspectos deontológicos no uso dos testes deve ser da responsabilidade das associações científico-profissionais.

THE USE OF TESTS AS AN INDICATOR OF THE MODELS OF PSYCHOLOGICAL ACTION: A STUDY AMONG PORTUGUESE PSYCHOLOGISTS

ABSTRACT - After a brief analysis of factors that explain the increasing and decreasing of psychological testing, some aspects concerning this

A realização deste estudo contou com o subsídio da Fundação Eng^o António de Almeida (Porto, Portugal). Os autores agradecem, na pessoa do seu Presidente, Dr. Fernando Aguiar-Branco, o apoio concedido. Este artigo reporta-se a uma conferência realizada pelo primeiro autor no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Os autores são Professor-Auxiliar e Assistente, respectivamente, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação; Universidade do Porto; Rua Dr. Afonso Costa, 23; 4430 - Gondomar, Portugal.

use in Portugal are described. Most of Portuguese psychologists, specially those that work in the school context do not spend a significative amount of time with testing and only organisational psychologists think that tests should be used more in future. The results show a positive relation between a higher utilisation of tests and an attitude of acceptance by other professionals with whom the psychologists work. The existence of norms and the comparability between subjects are the most positively evaluated aspects by organisational psychologists. The intelligence and aptitudes tests, and in some way the personality scales, are the most positively evaluated ones, while the achievement tests are less evaluated. The projective technics are only appreciated for purposes of therapeutic assessment and clinical diagnosis. Finally, psychologists think they have the responsibility of deciding about tests utilisation and about who should receive the results. However, most of them think that professional associations should decide about deontological aspects.

O *apogeu* e o declínio no uso dos testes, aqui tomados no sentido mais tradicional, ou seja, instrumentos formais de avaliação psicológica, estão associados a duas formas diferentes de conceptualização da prática psicológica. Na primeira metade deste século, período em que o movimento dos testes atingiu o seu ponto máximo, a prática psicológica apresentava algumas características peculiares. Em primeiro lugar identifica-se com aquilo a que se pode chamar um *modelo médico* de intervenção. Por outras palavras, todos os problemas apresentados pelo sujeito (personalidade, rendimento escolar e profissional) tinham subjacentes causas internas, algumas vezes tomadas como *anteriores* ao próprio sujeito no sentido de hereditárias, e sempre assumidas como traços internos estáveis. Poucas *esperanças* de adaptação social restavam a um sujeito com traços deficitários ou *anormais!*

Perante este quadro o psicólogo assumia uma posição passiva. O seu trabalho, geralmente secundário, reduzia-se à explicitação das causas mais ou menos remotas dos comportamentos-problema. Os testes ocupavam, então, uma posição de relevo: assumidos como instrumentos objetivos e precisos, os seus itens permitiam uma abordagem quantificadora da realidade interna do sujeito - realidade significativa. Os manuais de psicologia foram pródigos na enumeração de quadros nosológicos e para todos eles apresentavam fatores ou causas internas (inibição, recalçamento, desestruturção, incapacidade, etc).

Acostumado a entregar os seus relatórios a outros profissionais que decidiam da sorte do sujeito (médico, diretores da escola ou da empresa, etc), o psicólogo reduziu a sua prática à aplicação e interpretação dos testes. O termo *profissional dos testes* caracteriza bem a situação. O psicólogo aparece, vindo do exterior ou a pedido de outrem e intervém nas situações-problema, geralmente para legitimar decisões que outros desejavam ou que já tinham mesmo tomado.

Um segundo aspecto que contribuiu para o grande incremento do uso dos testes na primeira metade do século tem a ver com a realidade social da época, mais concretamente com a ênfase das diferenças individuais. Tal ênfase não decorria de qualquer ideal democrático ou humanitário assente no direito de cada um à diferença ou no princípio da complementaridade social decorrente do aproveitamento de tais diferenças, mas sim da influência da teoria *darwinista* da seleção social. Por outras palavras, cada um está mais ou menos capacitado ou habilitado a enfrentar as

dificuldades ou as exigências do meio em que se situa. Não se vislumbrando uma intervenção junto do meio, este irá exercer naturalmente uma seleção nos indivíduos por proximidade à seleção das espécies. Tudo irá depender das características dos indivíduos, também naturalmente estabelecidas. Pouco ou nada havia a fazer!

A aplicação de tais princípios *filosófico-sociais* à prática psicológica atingiu porém as raias do *absurdo*. Uma criança de cinco anos poderia estar definitivamente *arumada* socialmente pelo fato de, avaliada com um teste de QI, apesentar um *déficit* intelectual. Binet, no começo do século, foi encarregado de uma tarefa deste tipo: elaboração de um instrumento de diagnóstico que permitisse, cientificamente, separar a criança com dificuldades intelectuais da criança normal, desviando-a para escolas de ensino especial.

O valor preditivo que a estatística permitiu assegurar aos resultados dos testes, veio a conferir-lhes um lugar de *charneira* quando da tomada de decisões em relação ao futuro escolar e profissional dos indivíduos. Isto explicaria, situando-nos por exemplo no contexto educativo, que indivíduos pudessem ficar privados de experienciar situações para as quais não se mostrassem à partida convenientemente vocacionados ou dotados. Tal posição, contrária à igualdade de direitos de cada um à Educação, assentaria ainda (ao mesmo tempo que reforçava) numa visão demasiado passiva das funções da escola e dos seus profissionais e numa certa demissão/desconhecimento das suas responsabilidades e potencialidades educativas.

Outras situações de prática psicológica (orientação vocacional, seleção profissional, etc) partiram de um mesmo pressuposto. O princípio tayloriano da organização científica do trabalho defendia a necessidade de fazer corresponder as características de cada indivíduo às características do posto de trabalho. A satisfação do princípio "o homem certo no posto certo", tendo em vista quer a satisfação pessoal quer a maior produtividade, conduziu à proliferação do uso dos testes psicológicos para fins de seleção (indústria, serviços, exército, escola).

Mais uma vez o papel do Psicólogo se pautava pela passividade e secundaridade. O seu trabalho resumia-se à aplicação dos testes e à interpretação dos resultados, cujos relatórios eram entregues a diretores de pessoal ou de escola que, com base nessa informação, decidiam que fazer de tais indivíduos. Mais uma vez os testes apareciam como instrumentos *mágicos* pois, supostamente científicos, permitiam atingir o âmago da personalidade e da inteligência manifestando o que o sujeito era ou viria a ser, independentemente daquilo que o sujeito de si conhecia e da vontade que lhe assistisse em termos de projeto de realização pessoal.

A segunda metade deste século corresponde a uma alteração neste tipo de filosofias e, conseqüentemente, na prática dos testes. Depois de meio século de grande defesa e utilização, os testes passariam a ser contestados e abandonados em várias situações e por muitos psicólogos, o que teve implicações importantes na prática psicológica e no próprio estatuto profissional do psicólogo. Sem o recurso às formas tradicionais de diagnóstico novos modelos de avaliação e intervenção terão forçosamente que emergir. Analisaremos este movimento de oposição aos testes apontando dois tipos de fatores desencadeantes ou explicativos. Um primeiro de índole sócio-cultural, e um segundo mais diretamente ligado com as transformações na ciência e na prática psicológica.

Em relação aos fatores de índole *sócio-cultural* podem apontar-se as transformações decorrentes do final da Segunda Grande Guerra: a implementação de regimes democráticos, a defesa constitucional dos direitos individuais na generalidade

dos países ou as convenções internacionais dos direitos humanos. Os testes psicológicos, designadamente a utilização tradicional de sua informação, chocavam com alguns destes princípios.

Em primeiro lugar, a pretensa neutralidade dos testes de QI ou testes de inteligência não tinha consistência. O seu conteúdo e formato beneficiava (ou adequava-se mais) a uma população ocidental industrializada, de classe média e escolarizada. Grupos sociais minoritários e outras etnias estavam à partida prejudicados pela situação de teste. Aponta-se para esta não neutralidade social dos itens os seus conteúdos, as operações avaliadas ou o formato das situações de teste, os aspectos advindos da relação estabelecida entre o administrador e os testandos, o predomínio dos procedimentos *mecânicos* ou exclusivamente estatísticos na interpretação dos resultados e a não atenção a variáveis mediadoras designadamente as de ordem motivacional (Ziegler, Abelson e Litz, 1973; Vassaf, 1982). A não neutralidade social dos itens atesta o caráter falacioso da importância atribuída às diferenças nos resultados.

As *objeções éticas* ao uso dos testes têm sido as mais freqüentemente valorizadas pelos psicólogos. Um estudo recente realizado em países da Europa Ocidental (Poortinga et al., 1982) manifestou isso mesmo. Em primeiro lugar os testes tendem a ser tomados como instrumentos que de alguma forma invadem a *privacidade individual*, e nem sempre a sua utilização é feita no contexto de uma intervenção de ajuda ou, pior ainda, sem o consentimento prévio dos indivíduos.

Um outro aspecto freqüentemente apontado é que os testes, embora tidos como amostras de comportamentos, foram geralmente utilizados em sentido negativo. Umhas vezes são utilizados para diagnóstico de problemas, incidindo portanto nos aspectos mais *desagradáveis* de cada indivíduo, outras vezes o objetivo único do seu uso é a comparação dos sujeitos entre si e a sua seleção. O fato dos testes aparecerem associados a uma maior percentagem de crianças provenientes de grupos sociais ou étnicos desfavorecidos em classes especiais ilustra o sentido negativo da sua utilização (Reschly, 1981). A possibilidade de cada um se poder assumir como *igual a si próprio* era repetidamente confrontada com a referência às *normas* ditadas pelos resultados de amostras de indivíduos (*norm-referenced tests*). Acresce o fato de nem sempre essas *normas* se mostrarem adequadas e validadas para os vários sub-grupos de indivíduos e para as diferentes situações de administração/avaliação (consulta, ajuda, seleção, investigação) e serem tomadas em termos absolutos ou taxativos, aspecto pouco consonante com o seu cariz meramente probabilístico em termos de informação.

Por outro lado, coloca-se o problema do acesso, conhecimento e divulgação da informação obtida com os testes. Esta informação é muitas vezes mais pertença dos psicólogos, dos serviços ou de outros profissionais do que dos próprios indivíduos avaliados. Estes muitas vezes não chegam a conhecer os seus resultados. Acrescente-se, ainda, a suposição generalizada de que o uso de certos testes - referimono concretamente às técnicas projetivas - permitiria o acesso direto a todas as facetas da personalidade do indivíduo, mesmo às dimensões da personalidade não dominadas pela sua consciência. Dada a crença na estabilidade dos traços psicológicos e no valor preditivo dos resultados obtidos, esta informação guardada em ficheiros desempenhava um papel relevante de controle na existência dos indivíduos (sem o conhecimento destes...), condicionando repetidas vezes as *suas* decisões próximas e futuras. Esta situação pode-se considerar mais grave ainda dada a maior predisposição da avaliação psicológica se centrar nos aspectos *negativos ou deficitários* do

comportamento dos sujeitos. Decorria de tal situação freqüentemente um etiquetar não só do comportamento como do próprio indivíduo, acabando este por ficar *marcado* para sempre!

A alteração desta situação fez-se progressivamente sentir. A avaliação psicológica, feita através dos testes tradicionais ou de técnicas mais informais entretanto surgidas, deixou de se centrar na classificação e seleção dos indivíduos para as diferentes alternativas existentes, passando a preocupar-se com a procura dos meios que possibilitassem a todos uma igualdade de oportunidades educativas (Glaser, 1981). Também as alterações na prática e ciência psicológica tiveram a sua influência no uso dos testes, contribuindo quer para a sua relativização como instrumentos de medida quer para a diminuição da sua utilização. Surge progressivamente uma nova concepção de prática psicológica que terá as suas raízes nas abordagens behaviorista e humanista, e que se tem vindo a consolidar na segunda metade deste século.

Esta concepção considera não apenas as variáveis internas mas também as externas, não apenas o indivíduo isoladamente mas também a sua inserção nos grupos de pertença, não apenas a resolução dos problemas mas também a promoção do desenvolvimento dos indivíduos, das relações e dos grupos. Dir-se-ia que estamos perante um modelo de intervenção que enfatiza o contexto global em que ocorre o comportamento e onde se insere o sujeito (abordagem ecológica), bem como as relações e os grupos de maior ou menor extensão e envolvimento direto ou meramente referencial dos sujeitos (abordagem relacional). À crença na estabilidade das características psicológicas, segue-se agora a concepção de que estas são objeto de um processo de construção histórico-social, devendo a intervenção psicológica assumir uma *perspectiva educacional* em que é atribuído um papel ativo ao sujeito no seu próprio processo de mudança.

A partir dos anos 50/60, e mais no seguimento das abordagens behavioristas do comportamento humano, houve uma crescente valorização por parte dos psicólogos dos aspectos ditos externos, diretamente ligados com o aparecimento, a realização, a aprendizagem e a extinção das condutas. Ao mesmo tempo, a ênfase aparece colocada no aqui e agora do comportamento, descurando-se substancialmente a procura dos *últimos porquês*, dos primeiros momentos ou dos aspectos usualmente tomados como *significantes*- e estruturais. A prática da avaliação sofreu, assim, uma alteração significativa: mais que o atingir dos *constructos internos*, a que os testes apareciam tradicionalmente associados, a avaliação centra-se agora, de preferência em dimensões do comportamento passíveis de uma definição e quantificação em termos operacionais. O enraizamento desta nova orientação na avaliação psicológica poderá associar-se com a crença generalizada, nos nossos dias, de que a avaliação das dimensões significativas de um comportamento que se pretende conhecer ou modificar será mais fácil quando feita através do registro da própria *ação* do sujeito (aqui incluindo o pensar, o sentir, o agir ou o querer). Estas alterações contribuirão certamente para explicar a utilização e popularidade crescente das técnicas de observação direta do comportamento (o que o sujeito faz, quando o faz, como o faz, porque o faz...), e o paralelo declínio da necessidade de recurso às técnicas mais tradicionais de avaliação psicológica.

Por último, e se quisermos mais próximo das correntes desenvolvimentistas, procura-se acentuar nos nossos dias o carácter íntegro do comportamento humano e a impossibilidade do mesmo poder ser reduzido à quantificação ou justaposição de variáveis *laboratorialmente* isoláveis, ou ainda, estritamente psicológicas. A avaliação

psicológica, cujo suporte *científico* apareceu bastante associado aos procedimentos experimentais da recolha dos resultados ou ao seu tratamento estatístico, sentiu, por último, a necessidade de atender a um quadro de referência teórico mais amplo. Este quadro aparecia como resposta à acusação freqüentemente formulada contra o método dos testes, usualmente tomados como medidas indiretas e parcelares do comportamento. Tal metodologia opôr-se-ia à unidade real e complexa do ser humano, cujo comportamento apenas artificialmente poderá ser decomposto.

As novas técnicas de avaliação direta e natural, ao permitirem mais facilmente atender a essa globalidade, grangearam uma crescente simpatia por parte dos psicólogos em desprovelo dos testes tradicionais. Também em termos práticos, este último tipo de avaliação permitiria, mais facilmente, atingir os aspectos psicológicos subjacentes aos resultados ou, por outras palavras, aceder à sua própria compreensão e explicação, e assim fundamentar propostas de mudança e de promoção do próprio comportamento humano (Glaser, 1982).

É neste quadro referencial que nos temos vindo a dedicar ao problema do uso dos testes em Portugal e que em 1985 realizamos um inquérito para auscultar as práticas, as opiniões, as atitudes e as percepções dos psicólogos portugueses sobre o assunto (Almeida & Cruz, 1985; Cruz & Almeida, 1987). Neste artigo procura-se tomar os resultados mais significativos deste inquérito tendo em vista uma análise e discussão dos modelos de prática psicológica em Portugal, mais concretamente a diferenciação possível entre os psicólogos escolares, clínicos e das organizações.

METODOLOGIA

Amostra

O questionário foi enviado a cerca de 400 psicólogos espalhados por todo o País. A sua identificação e morada foram obtidas principalmente através do Sindicato Nacional de Psicólogos e da Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia. No mesmo sentido, contou-se com a colaboração da Associação Portuguesa de Psicologia e da Sociedade Portuguesa de Psicologia, tendo havido também contatos com algumas instituições cujo número de profissionais de Psicologia o justificava, como por exemplo, o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Optou-se por selecionar psicólogos com, pelo menos, um ano de prática profissional, sendo de 110 o número de inquéritos analisados.

Na Tabela 1 estão indicados os psicólogos que constituíram a amostra deste estudo segundo várias características: instituição de formação, anos e domínio de prática. Em relação à formação recebida registre-se, por um lado, os licenciados em Psicologia (69%) pelas universidades portuguesas, estrangeiras e pela única escola superior de Psicologia ligada ao ensino particular (IPSA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, existente desde os começos da década de 70) e, por outro, os não licenciados em Psicologia que totalizam 32% da amostra. Estes últimos são provenientes, na sua maior parte, do curso de Filosofia, havendo ainda alguns com outras licenciaturas como Sociologia e História, ou formados em Teologia ou com o curso do Magistério Primário.

Tabela 1 - Descrição da amostra segundo o curso/universidade, anos e domínios de prática

Curso/ Universidade	Univer. portuguesa	Univer. estrangeira	ISPA	Filosofia	Outros
	40%	6%	23%	21%	11%
Anos de prática	2 anos	3/5 anos	6/10 anos	11/15 anos	+ 16 anos
	26%	31%	19%	18%	10%
Domínios	Clínica	Infantil	Escolar	Organizações	Orient. Vocac.
	39%	18%	42%	16%	25%
	Investig.	Ensino	Social		
	10%	14%	5%		

Em relação aos anos de prática podemos constatar que mais de 50% dos psicólogos possui até cinco anos de prática, o que poderá decorrer quer da ainda jovem psicologia portuguesa no que diz respeito às escolas estatais, quer da sua maior disponibilidade para colaborar neste tipo de estudos. Para justificar a primeira interpretação refira-se que os cursos de Psicologia em escolas oficiais portuguesas se iniciaram em 1977, tendo sido enquadradas pelo Decreto-lei nº 529/80, de 5 de novembro nas Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação (neste momento três faculdades nas Universidades do Porto, Lisboa e Coimbra). De notar que os psicólogos com os cursos de filosofia e outros que não Psicologia aparecem na amostra com o maior número de anos de atividade.

Em relação aos domínios de prática psicológica, e atenda-se a que a questão permitia que mais que um domínio fosse indicado, é de assinalar uma maior percentagem de psicólogos provenientes dos contextos educacionais. Cerca de 40% trabalham na clínica, enquanto uma percentagem mais reduzida se encontra a trabalhar nas empresas (organizações). São estes os três domínios de prática mais frequentemente considerados (aliás também aqui neste estudo). A verificação de uma maior percentagem de psicólogos ligados aos contextos escolares reflete uma situação de fato e que já aparece referenciada noutros estudos (Bairrão, Soczka, e Vala, 1981).

Instrumento

Os resultados aqui apresentados dizem respeito à aplicação de um questionário junto dos psicólogos portugueses. Este questionário seguiu de perto o utilizado numa investigação realizada em seis países europeus (Poortinga et al., 1982), sendo composto basicamente por cinco grupos de questões. Um primeiro grupo destina-se à escolha de elementos caracterizadores da amostra (formação e grau académico, anos de prática, domínios de intervenção). O segundo grupo de questões orienta-se para a reflexão que o psicólogo faz da sua prática e, mais concretamente, para os aspectos inerentes à utilização dos testes e à percepção do comportamento do público e de outros profissionais face aos mesmos. Uma terceira parte contempla os aspectos ligados à valorização atribuída aos testes, considerando os vários domínios de prática psicológica. Na quarta parte aparecem as atitudes dos psicólogos face às críticas e

às objeções tradicionalmente formuladas ao método dos testes. Finalmente, num último grupo, são abordadas quer as expectativas em relação à evolução destes instrumentos, quer alguns aspectos de natureza ético-deontológica. Neste artigo apenas se apresentam os aspectos mais relevantes e passíveis de permitir uma caracterização do que vem sendo a prática psicológica em Portugal.

RESULTADOS

Os resultados a analisar subdividem-se pelas seguintes rubricas: caracterização do uso dos testes, impacto das exigências e das objeções no uso dos testes, percepção da utilidade da informação retirada dos testes em várias situações da prática e, por último, expectativas em relação ao futuro do método dos testes e aspectos deontológicos.

Caracterização do uso dos testes

Na Tabela 2 apresenta-se a percentagem de tempo de prática dispendido com o uso dos testes pelos psicólogos na amostra global e nos três domínios de intervenção.

Tabela 2 - Distribuição dos psicólogos segundo o tempo dispendido com o uso dos testes e o domínio de prática profissional (%)

Domínios	Tempo		
	< 25%	25% - 50%	> 50%
Psic. Clínica	57	24	19
Psic. Escolar	53	36	11
Psic. Organizações	47	24	29
Amostra Global	55	30	15

Os psicólogos da área das organizações dispendem mais tempo da sua prática com o uso dos testes que os restantes psicólogos. Este aspecto poderá deixar antever uma maior dificuldade por parte dos primeiros em criar alternativas aos testes, ou ainda o fato de situarem a sua prática ao nível da seleção profissional, situação na qual os testes, dado o seu caráter de standardização continuam a desempenhar um papel relevante.

Os psicólogos escolares, ainda que com um padrão de resposta próximo dos clínicos, apresentam-se como os que dispendem menos tempo com os testes. Em complemento ao comentário anterior a propósito dos psicólogos do trabalho, estes valores poderão revelar uma maior mudança nos papéis e funções tradicionais dos psicólogos no contexto educativo. Nem sempre a informação dada pelo teste é a mais relevante para a programação da aprendizagem, para a avaliação dos programas, pa-

ra a avaliação das dificuldades escolares dos alunos, etc. Outras alternativas, como por exemplo, a observação direta do comportamento e a avaliação curricular centrada nas tarefas mostram-se mais relevantes e dá a menor utilização pelos psicólogos dos testes formais.

Aspecto interessante, ainda, é a percentagem de respostas dos psicólogos clínicos em relação às três alternativas indicadas. Verifica-se que mais de metade ocupa pouco tempo com o uso dos testes (menos de 25% do tempo total) e que 19% dispõem mais de 50%. Subjacente a esta distribuição estará a existência de dois contextos de prática psicológica distintos: por um lado, a prática privada (terapia, consulta psicológica, aconselhamento) em que o uso dos testes é menos freqüente e, por outro, a prática em instituições psiquiátricas e centros de saúde mental onde parte significativa do trabalho do psicólogo se reduz ao diagnóstico psicológico.

Na Tabela 3 procede-se a esta mesma análise do tempo dispendido mas tomando agora em linha de conta a percepção pelo psicólogo da atitude de aceitação ou rejeição por parte dos outros profissionais (médicos, professores, diretores de pessoal, etc) em relação ao uso dos testes.

Tabela 3 - Percepção da atitude de outros profissionais e tempo dispendido com o uso dos testes na amostra global e por domínios de intervenção (%)

Domínios	Atitudes	% de tempo gasto		
		< 25%	25% - 50%	> 50%
Psic. Clínica	Rejeição (37%)	100	0	0
	Aceitação (63%)	33	42	25
Psic. Escolar	Rejeição (28%)	90	10	0
	Aceitação (72%)	35	50	15
Psic. Organ.	Rejeição (13%)	100	0	0
	Aceitação (87%)	36	28	36
Amostra global	Rejeição (27%)	88	12	0
	Aceitação (73%)	40	38	22

Várias leituras podem ser feitas do quadro anterior. Em primeiro lugar, verifica-se uma maior percentagem de psicólogos que percebem uma atitude positiva em relação ao uso dos testes.

Um segundo aspecto é que esta maior freqüência se mostra parcialmente evidente junto dos psicólogos das organizações, onde apenas 13% percebem uma atitude negativa por parte dos outros profissionais (contra 37% e 28% nos psicólogos clínicos e escolares, respectivamente). Os psicólogos clínicos parecem perceber atitudes de aceitação e de rejeição mais próximas em termos de percentagem, o que pode decorrer dos dois contextos de prática atrás referidos.

Em terceiro lugar, tomando a relação entre a percepção de aceitação/rejeição e o tempo de prática dispendido com o uso dos testes, constatamos que esse tempo é

maior junto dos psicólogos que percebem uma atitude de aceitação por parte dos outros profissionais. Esta relação pode estar associada a duas ordens de fatores: situações de subalternidade dos psicólogos nos seus *settings* de trabalho dada a história recente da Psicologia em Portugal e a verificação de uma certa uniformidade de opiniões e atitudes em profissionais que trabalham em projetos comuns.

Verifica-se, ainda, que os psicólogos escolares divergem dos outros dois grupos em termos de padrão de resposta. Os da clínica e os das organizações apresentam uma relação mais estreita entre percepção de atitudes e uso dos testes (percepção negativa e pouco uso, e vice-versa). Mais uma vez este ponto poder-nos-á remeter para a autonomia do psicólogo na sua prática, sugerindo os valores uma menor dependência em relação às atitudes dos outros profissionais por parte dos psicólogos escolares.

Exigências, características e objeções aos testes

Procurando associar uma crescente diminuição do uso dos testes com algumas das exigências, características e objeções a este método, na Tabela 4 indica-se a percentagem de respostas negativas e positivas face a alguns aspectos do método dos testes).

Tabela 4 - Apreciação negativa ou positiva de algumas exigências do método dos testes na amostra global e por domínios de prática (%)

Exigências	Clínica		Escolar		Organizações		Amostra global	
	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)
Normas rígidas	35	65	46	54	27	73	34	66
Сотр. Inter-sujeitos	25	75	43	57	17	83	30	70
Questões abstratas	55	45	88	12	60	40	77	23

Os resultados obtidos suscitam alguns comentários. O enfoque do método dos testes na comparação inter-sujeitos é percebido positivamente por um maior número de psicólogos do que os outros dois aspectos. Por outro lado, enquanto que para os psicólogos clínicos e para os das organizações é importante a possibilidade criada de comparação dos sujeitos entre si com base nos resultados dos testes, tal não ocorre junto aos psicólogos escolares. Estes últimos, cada vez mais chamados a intervir integrados no contexto escolar e em cooperação com os professores e outros agentes educativos, acabam por necessitar de mais informação relativa ao sujeito e às suas dificuldades do que de informações que permitam a sua comparação com os outros colegas. Por outras palavras, este grupo de psicólogos, para além de não enquadrar a sua atuação em tarefas de seleção ou diagnóstico, alargou o seu domínio de intervenção a outros agentes significativos, como é o caso dos professores e dos pais.

O caráter abstrato dos itens é o único aspecto que não é apreciado positivamente pela generalidade dos psicólogos. Este fato é, porém, menos saliente no grupo dos psicólogos clínicos, o que poderá traduzir uma não coincidência no sentido atri-

bufdo ao diagnóstico por parte dos três grupos. O *modelo médico* que caracterizou a prática psicológica na primeira metade deste século está ainda presente nalgumas situações. O conhecimento que temos da intervenção dos psicólogos portugueses nos contextos de saúde mental, designadamente nas instituições psiquiátricas, permite-nos afirmar que se mantêm muitas das características deste modelo: o psicólogo continua a fazer diagnósticos a pedido do médico, continua a enfatizar a importância das variáveis internas e também o caráter abstrato dos itens. Este último aspecto está particularmente ligado às técnicas projetivas, onde se procura obter respostas menos controladas face a estímulos menos estruturados.

Por último, os psicólogos das organizações parecem ser os que mais apreciam a existência de normas para interpretação dos resultados (standardização), assim como a possibilidade daí decorrente de se comparar a realização dos indivíduos entre si. Pensamos que ambos os aspectos, aliás interrelacionados, são importantes nas tarefas de seleção profissional. Estas tarefas ocupam ainda parte significativa do trabalho do psicólogo nas empresas.

Utilidade de vários testes para diferentes situações da prática

Na Tabela 5 apresentam-se os resultados do inquérito tomando as percepções dos vários grupos de psicólogos em relação à utilidade da informação dada por diferentes tipos de testes e para diferentes situações de prática profissional. Refira-se que os psicólogos emitiam as suas opiniões mesmo que na sua prática tais situações não se verificassem (por exemplo, o psicólogo das organizações pode perceber o grau de utilidade da informação decorrente das técnicas projetivas para as situações de avaliação terapêutica mesmo não tendo experiência profissional nessa situação).

Analisando os resultados obtidos por grupo de testes, verifica-se um padrão similar de resposta por parte dos três grupos profissionais e por parte da amostra global no que respeita à percepção da utilidade da informação dos *testes de conhecimentos*. A idéia geral é que estes são de pouco valor nas situações de avaliação terapêutica e de diagnóstico clínico. Surpreendentemente assiste-se também a uma baixa valorização destes testes para as situações de dificuldades de aprendizagem. Analisando estes valores parece-nos importante salientar que em Portugal não dispomos de testes de conhecimento (*criterion-referenced tests*) e, por outro lado, os psicólogos não possuem informação suficiente e precisa sobre os mesmos (note-se que estes testes são tidos como mais relevantes nas situações de seleção profissional do que nas de dificuldades de aprendizagem e de orientação escolar).

Em relação aos testes *de inteligência/aptidões* verifica-se, tal como nos testes de conhecimentos, que os três grupos profissionais os consideram de menor utilidade nas situações de avaliação terapêutica e diagnóstico clínico e de maior utilidade nas outras três situações (mesmo assistindo-se a uma maior valorização deste segundo grupo de testes para as várias situações de prática). Este padrão de resposta aparece mais acentuado no grupo dos psicólogos das organizações.

Quanto aos *testes/escalas de personalidade* os resultados apontam para uma situação mais difusa quer tomando eventuais diferenças nos três grupos de psicólogos, quer considerando a percepção dos seus níveis de utilidade para as várias situações da prática psicológica. Mesmo assim, é possível verificar que os psicólogos das organizações constituem o grupo que menos valoriza estes testes, ao mesmo tempo que o diagnóstico clínico e a orientação escolar são as duas situações onde se constata a sua maior apreciação.

Tabela 5 - Valorização da informação recolhida com diferentes grupos de testes (%)

TESTES DE CONHECIMENTOS																
	Psicologia Clínica				Psicologia Escolar				Psicologia Organizacional				Amostra Global			
	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%
Aval. Terap.	67	14	5	-	71	9	2	-	65	-	6	-	63	9	3	2
Diagn. Clínico	71	19	-	-	64	16	2	-	59	12	-	-	58	17	2	1
Selec. Prof.	10	10	48	29	18	18	36	20	6	12	47	24	12	12	45	24
Orient Esc.	29	19	19	24	27	20	31	16	18	29	18	12	22	24	26	17
Dif. Aprend.	29	29	14	24	27	13	27	24	29	18	29	18	24	18	24	23
TESTES / ESCALAS DE PERSONALIDADE																
	Psicologia Clínica				Psicologia Escolar				Psicologia Organizacional				Amostra Global			
	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%
Aval. Terap.	43	29	14	5	64	18	7	-	53	24	-	-	47	22	12	1
Diagn. Clínico	24	29	33	10	51	20	9	2	47	24	6	-	34	24	17	5
Selec. Prof.	10	10	43	33	16	22	29	27	-	12	35	41	8	14	35	36
Orient Esc.	24	24	43	10	13	22	40	24	-	12	24	59	6	18	36	36
Dif. Aprend.	10	14	38	33	13	24	42	18	12	6	29	47	9	14	39	31

Tabela 5 (Continuação)

TESTES DE CONHECIMENTOS																
	Psicologia Clínica				Psicologia Escolar				Psicologia Organizacional				Amostra Global			
	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%
Aval. Terap.	19	19	43	10	18	27	31	13	18	35	24	6	15	25	34	10
Diagn. Clínico	19	24	24	29	16	27	31	18	18	29	35	-	13	25	32	15
Selec. Prof.	19	24	38	14	27	24	27	13	6	47	24	12	22	28	30	11
Orient. Esc.	10	19	29	33	16	38	27	13	12	18	35	29	12	28	30	23
Dif. Aprend.	38	19	24	10	24	38	16	9	29	24	24	1	15	27	25	12
TESTES PROJETIVOS																
	Psicologia Clínica				Psicologia Escolar				Psicologia Organizacional				Amostra Global			
	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%	<10%	25%	75%	90%
Aval. Terap.	29	10	33	19	16	18	40	22	6	24	24	29	14	17	31	25
Diagn. Clínico	19	19	19	38	9	20	38	27	12	6	24	41	9	17	28	32
Selec. Prof.	43	24	19	10	47	18	13	13	12	41	24	6	41	26	17	8
Orient. Esc.	43	19	24	5	51	27	11	9	29	24	18	12	43	25	15	8
Dif. Aprend.	29	14	29	24	42	24	18	11	12	18	41	12	28	19	27	17

Finalmente, os *testes projetivos* aparecem mais claramente valorizados no diagnóstico clínico e na avaliação terapêutica, por oposição às situações de seleção profissional e orientação escolar. Em relação às dificuldades de aprendizagem constata-se uma reduzida apreciação destes testes no grupo dos psicólogos escolares, aspecto em que se diferenciam dos psicólogos clínicos e das organizações. Parece-nos interessante esta distinção, a qual, em nossa opinião, revelará uma percepção diferente das dificuldades de aprendizagem por parte dos três grupos profissionais: os psicólogos escolares poderão contextualizar tais dificuldades e avaliá-las recorrendo às próprias tarefas curriculares, os outros dois grupos poderão assumir tais dificuldades como reflexo de causas internas ou remotas da personalidade.

Expectativas do uso futuro dos testes e aspectos deontológicos

Na Tabela 6 indicam-se as expectativas dos psicólogos portugueses em relação à evolução, tida como desejável, do método dos testes.

Tabela 6 - Expectativas quanto ao uso dos testes no futuro (%)

	Abandono	Diminuição	Manutenção	Incremento
P. Clínica	5	37	37	21
P. Escolar	7	49	30	14
P. Organiz.	0	6	56	38
Amost. global	5	29	42	19

Os valores observados permitem assinalar que apenas uma percentagem reduzida antecipa o abandono do método dos testes no futuro. A maior parte dos psicólogos situa-se numa posição intermediária (74%): ou consideram importante uma diminuição ou defendem uma manutenção do nível atual. Registre-se que é igualmente baixa a percentagem dos psicólogos que defendem um incremento do uso dos testes no futuro. Considerando os três grupos de psicólogos verifica-se uma maior expectativa de incremento por parte dos psicólogos das organizações e uma maior expectativa de diminuição junto dos escolares. Ambos os valores estão de acordo com a caracterização da prática destes dois grupos em Portugal.

Na Tabela 7 estão indicadas as opiniões dos psicólogos em relação a vários aspectos de índole deontológica na utilização dos testes: quem toma a iniciativa da aplicação dos testes (possibilidade de assinalar mais do que uma resposta), a quem pertence o direito de receber a informação, e a quem deve competir a regulamentação do uso dos testes.

O psicólogo aparece como o responsável pela decisão da aplicação dos testes na opinião de cerca de 80% dos inquiridos, não se verificando uma diferença entre os três grupos profissionais quanto a este aspecto. Na amostra global a responsabilidade atribuída aos outros possíveis intervenientes (sujeito, instituição/entidade e outros profissionais) não se diferencia, enquanto que nos psicólogos clínicos e nos escolares é menos valorizada a importância atribuída ao sujeito.

Quanto ao conhecimento da informação retirada do teste, cerca de 50% dos psicólogos em qualquer dos grupos ou na amostra global atribui o direito dessa informação à instituição que solicitou o exame psicológico, assistindo também ao sujeito o direito do seu conhecimento. O psicólogo aparece como o único detentor dessa informação e da decisão sobre o seu destino em cerca de 25% das respostas. Finalmente, apenas uma percentagem reduzida de psicólogos (cerca de 5%) atribui esse direito exclusivo à instituição/entidade. Registre-se a similaridade das respostas nos três grupos de psicólogos e na amostra global.

Tabela 7 - Aspectos deontológicos relativamente ao uso dos testes (%)

	Psicologia Clínica	Psicologia Escolar	Psicologia Org.	Amost. global
Quem toma iniciativa:				
a) sujeito	29	29	47	39
b) psicólogo	81	80	82	79
c) instituição/entidade	43	33	53	43
d) outros profissionais	48	47	41	41
Direito à informação:				
a) psicólogo	25	25	29	28
b) sujeito	20	22	15	18
c) entidade/sujeito	50	51	47	51
d) entidade	5	2	9	4
Tipo de regulamentação:				
a) psicólogo	20	22	6	17
b) classe profissional	75	71	88	77
c) governo	5	7	6	5

Por último, quanto ao tipo de regulamentação sobre o uso dos testes, a maior parte dos psicólogos (cerca de 75%), e particularmente os psicólogos das organizações, considera que ela deve ser da competência da própria classe profissional. A atribuição dessa responsabilidade às entidades governativas é feita por um reduzido número de psicólogos (cerca de 5%). Os valores obtidos traduzem a situação portuguesa: cabe à classe profissional a iniciativa de fixação de tais regulamentos e de supervisão do seu cumprimento (compete ao Governo a sua aprovação e a decisão em casos extremos de violação de tais princípios). A autonomia deontológica dos psicólogos gere-se dentro destes parâmetros.

CONCLUSÕES

Os psicólogos portugueses, e particularmente os psicólogos escolares, não dispõem uma parte significativa do seu tempo de trabalho com o uso dos testes. O fato daquele grupo de psicólogos aparecer como o que menos utiliza os testes, quando comparado com o da clínica e o das organizações, poderá significar uma mudança do papel tradicional do psicólogo. O dinamismo que a Psicologia em Portugal vem manifestando de alguns anos a esta parte (criação de associações e publicações, realização de encontros científicos e profissionais, os intercâmbios que se vêm estabelecendo com países estrangeiros) poderá explicar esta mudança nos papéis, não se repetindo situações passadas da história da Psicologia noutros países. Várias iniciativas vêm sendo tomadas pelas associações profissionais dos psicólogos portugueses reclamando um espaço próprio e autônomo de intervenção nos diferentes domínios.

Um aspecto complementar, e que de algum modo pode contribuir para a não elevada percentagem de tempo gasto na utilização dos testes, tem a ver com o reduzido número de testes convenientemente adaptados e aferidos para a população portuguesa. Algumas aferições, por exemplo as efetuadas pelos serviços de recrutamento do exército, do Instituto de Emprego e Formação Profissional ou de empresas privadas de serviços de psicologia, não merecem total confiança dados os problemas com as amostragens, a redução de tais estudos à mera fixação de normas ou a falta de meios materiais e humanos. Ao mesmo tempo, apenas um reduzido número de investigações no contexto universitário se orienta para esse objetivo; as investigações nem sempre requerem instrumentos adaptados ou aferidos a nível nacional. Desta forma a lista de instrumentos convenientemente trabalhados não é tão grande como seria desejável (IA, Teste de Factor G - Amaral, 1966; Teste de Barragem Toulouse-Piéron - Amaral, 1967; Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças - Marques, 1969; Escala Colectiva de Nível Intelectual - Miranda, 1982; Nova Escala Métrica de Inteligência - Bairrão, 1978; Testes de Raciocínio Diferencial - Almeida, 1982; Bateria de Provas de Raciocínio Diferencial - Almeida, 1985), embora com fortes hipóteses de aumentar e em áreas não exclusivamente intelectuais (estudos em curso na área da personalidade com os Testes de Rorschach, Teste de Frustração de Rosenzweig, Teste de Apercepção para Crianças, Teste de Apercepção Temática; na área da orientação vocacional, por exemplo, o Inventário de Desenvolvimento Vocacional, a Escala de Valores WIS; na área do desenvolvimento cognitivo com a Escala de Casati-Lezine, o Teste de Desenvolvimento da Percepção Visual, as Provas Operárias de Longeot; na área dos estilos cognitivos com provas de avaliação do Locus de Controle e da Impulsividade-Reflexividade). É, no entanto, possível que alguns destes instrumentos possam não vir a ser grandemente utilizados na prática psicológica dadas as preferências pelos testes clássicos; vejam-se os resultados de um inquérito realizado pela *British Psychological Society* junto dos psicólogos ingleses (Tyler & Miller, 1986) e de um outro realizado pela *Society for Personality Assessment* junto dos seus associados (Piotrowski, Sherry e Keller, 1985).

A maior percentagem de tempo dispendido pelos psicólogos com a utilização dos testes encontra-se positivamente associada com a percepção de uma atitude favorável por parte dos outros profissionais em relação ao método dos testes. Esta relação é comum aos três grupos de psicólogos analisados, apesar de se apresentar mais claramente junto dos psicólogos clínicos e das organizações.

Quanto às três características dos testes colocadas à apreciação dos psicólogos, apenas o caráter abstrato dos itens foi considerado negativo por uma maior percentagem de inquiridos nos três grupos. Quer a existência de normas, quer a possibilidade criada de comparação dos sujeitos entre si foram aspectos bastante apreciados pelos psicólogos das organizações.

Em relação à utilidade da informação obtida por diferentes grupos de testes em diversas situações de prática profissional, constatou-se uma menor apreciação dos testes de conhecimentos por oposição aos testes de inteligência/aptidões. A interpretação deste fato ficar-se-á a dever à falta de informação destes instrumentos em Portugal e à sua inexistência atual. Os testes/escalas de personalidade aparecem apreciados de um modo mais difuso para as várias situações de prática psicológica, e isto nos vários grupos de psicólogos. Isto pode querer indicar uma tendência para o uso mais indiscriminado destes testes quer por parte dos vários grupos de psicólogos, quer para as diferentes situações da prática. Os testes projetivos aparecem quase exclusivamente apreciados nas situações de avaliação terapêutica e diagnóstico clínico.

Quanto às expectativas em relação ao uso dos testes no futuro, a maior parte dos psicólogos clínicos e escolares distribuem-se fundamentalmente ou pela manutenção do nível atual de utilização ou pela sua diminuição, enquanto que os psicólogos das organizações se distribuem ou pela manutenção, ou pelo incremento. O abandono do método não aparece preconizado por mais que 5% dos psicólogos inquiridos.

Relativamente aos aspectos de caráter deontológico verifica-se que na opinião da maior parte dos inquiridos a decisão pela aplicação ou não de um teste cabe ao psicólogo, enquanto que o direito à informação obtida pelo uso dos testes é pertença da entidade que solicitou a avaliação, salvaguardando o direito ao seu conhecimento por parte do sujeito. Finalmente, defendem para os organismos representativos da classe a fixação das normas deontológicas específicas ao uso dos testes.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. S. (1982). *Testes de Raciocínio Diferencial*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Almeida, L. S. (1985). *Bateria de Provas de Raciocínio Diferencial*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Almeida, L. S. & Cruz, O. M. R. (1985). A utilização dos testes psicológicos: Resultados de um inquérito junto dos psicólogos portugueses. *Jornal de Psicologia*, 4(5), 11-18.
- Amaral, J. R. (1966). *IA: Um teste de factor g aferido para a população escolar portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Cadernos do Centro de Investigação Pedagógica (n° 3).
- Amaral, J. R. (1967). *O Teste de Barragem Toulouse-Piéron: Elementos de aferição para a população portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Cadernos do Centro de Investigação Pedagógica (n° 6).
- Bairrão, J. (1978). *Nova Escala Métrica de Inteligência*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bairrão, J., Soczka, L. & Vala, J. (1981). *Inquérito à classe profissional: O perfil do psicólogo e o exercício da psicologia em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Psicólogos.

- Cruz, O. M. R. & Almeida, L. S. (1987). A utilização dos testes psicológicos em Portugal: Análise segundo a formação e o domínio de prática profissional. *Jornal de Psicologia*, 6(1), 13-19.
- Glaser, R. (1981). The future of testing: A research agenda for cognitive psychology and psychometrics. *American Psychologist*, 36, 923-936.
- Glaser, R. (1982). Instructional psychology: Past, present and future. *American Psychologist*, 37, 292-305.
- Marques, J. H. F. (1969). *Manual da Escala de Inteligência de Weschler para Crianças (WISC)*. Lisboa: Instituto da Alta Cultura.
- Miranda, M. J. C (1982). *Exame do nível intelectual das crianças portuguesas do ensino básico dos 6 aos 13 anos: Adaptação, metrologia e aferição de uma escala colectiva*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Piotrowski, Ch., Sherry, D. & Keller, J. W. (1985). Psychodiagnostic test usage: A survey of the Society for Personality Assessment. *Journal of Personality Assessment*, 49, (2), 115-119.
- Poortinga, Y. H., Coetsier, P., Meuris, G., Miller, K. M., Samsonowitz, V., Seismedos, N. & Schlegel, J. (1982). A survey of attitudes towards tests among psychologists in six western european countries. *International Review of Applied Psychology*, 31,7-34.
- Reschly, D. (1981). Psychological testing in educational classification and placement. *American Psychologist*, 36,1094-1102.
- Tyler, B. & Miller, K. (1986). The use of tests by psychologists: Report on a survey of BPS members. *Bulletin of the British Psychological Society*, 39, 405-410.
- Vassaf, G. Y. H. (1982). Mental massacre: The use of psychological tests in the third world. *School Psychology International*, 3, 43-48.
- Ziegler, E., Abelson, W. D. & Seitz, V. (1973). Motivational factors in the performance of economically disadvantaged children on the Peabody Picture Vocabulary Test. *Child Development*, 44, 294-303.

Texto recebido em 15/9/88